

A educação sob censura: articulações discursivas na circulação midiática da expressão "ideologia de gênero"¹

Nara Lya Cabral Scabin

*Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembí Morumbi. Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM-SP.
E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br*

Resumo: Este artigo discute as articulações discursivas implicadas na circulação midiática da expressão "ideologia de gênero" em contexto brasileiro, partindo de textos publicados no jornal *Folha de S.Paulo*. Contextualiza a circulação do termo, destacando episódios recentes em que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade de iniciativas municipais que buscavam cercear debates sobre identidade e diversidade de gênero em escolas, e aponta sentidos acionados em sua mobilização. Nesse percurso, o trabalho invoca conceitos da análise do discurso para compreender as estratégias discursivas engendradas em tomadas da categoria "ideologia de gênero", evidenciando que, a partir de falsas simetrias em relação a discursos do campo científico, os usos da expressão levam à desancoragem de conceitos – em especial, o conceito de gênero – de seu contexto referencial de origem.

Palavras-chave: "ideologia de gênero"; educação; censura; discurso; circulação midiática.

Abstract: This article discusses the discursive articulations involved in media circulation of the expression "gender ideology" in the Brazilian context, starting from journalistic articles published in *Folha de S.Paulo*. It contextualizes the circulation of the term, highlighting recent episodes in which Brazilian Federal Supreme Court decided for the unconstitutionality of municipal initiatives that sought to curb debates about gender identity and diversity in schools, and it points out the meanings produced in their mobilization. Along this path, the work invokes concepts of discourse analysis to understand the discursive strategies in uses of the category "gender ideology", showing that, from false symmetries regarding discourses of the scientific field, the use of the expression promotes the displacement of concepts – in particular, the concept of gender – from its original referential context.

Keywords: "gender ideology"; education; censorship; discourse; media circulation.

1. Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Código de financiamento: 001.

Recebido: 03/01/2021

Aprovado: 07/06/2021

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, em 2020, decisões unânimes do Supremo Tribunal Federal (STF) ganharam as manchetes de jornais ao determinar a inconstitucionalidade de diferentes iniciativas legislativas municipais que tentavam censurar abordagens sobre diversidade em espaços escolares. Em comum, todas as legislações derrubadas pela corte expressavam a preocupação com os efeitos de uma suposta “ideologia de gênero” em sala de aula, cerceando o uso de expressões e a abordagem de temáticas relacionadas a diversidade e identidade de gênero em práticas e materiais didáticos.

No dia 24 de abril de 2020, uma decisão do STF apontou a inconstitucionalidade da Lei nº 1.516, de 30 de junho de 2015, de Novo Gama, município de Goiás, que proibia a distribuição de materiais didáticos com conteúdos sobre “ideologia de gênero” nas escolas. Em 8 de maio, decisão semelhante foi aplicada a parte de uma legislação de 2018 de Foz do Iguaçu, no Paraná, que proibia práticas de ensino, materiais e atividades escolares que tentassem “aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual”². Diante desses episódios, em 12 de maio, o presidente Jair Bolsonaro declarou a apoiadores, em frente ao Palácio da Alvorada, que sua equipe providenciaria um projeto de lei federal, a ser apresentado com urgência constitucional, com a finalidade de proibir a “ideologia de gênero”³.

Já em 26 de junho, uma decisão do STF considerou inconstitucional um artigo do plano municipal de Cascavel, também no Paraná, de 2015, que vedava a “adoção de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”⁴. Além desses casos, o STF analisa ainda 11 ações que questionam legislações similares, segundo reportagem de 13 de julho de 2020 da *Folha de S.Paulo*. A mesma matéria também destaca que, entre 2014 e 2019, o movimento “Professores contra o Escola sem Partido” identificou 245 projetos de lei pelo Brasil que buscam limitar a liberdade de expressão do professor em sala de aula.

As decisões do Supremo Tribunal Federal, em todas as ocasiões, destacaram que os municípios não poderiam interferir nos planos nacionais de educação, ao mesmo tempo que as proibições municipais violavam os direitos à igualdade, à educação e à liberdade de expressão. No caso da legislação de Novo Gama, a decisão do ministro Alexandre de Moraes, apontada pela corte, afirmou que a lei representava “o silêncio, a censura e, de modo mais abrangente, o obscurantismo”. No caso de Foz do Iguaçu, a decisão da ministra Cármen Lúcia ressaltou o prejuízo representado pela lei ao cotidiano de professores e estudantes em “seu direito ao saber”⁵.

Tais episódios e sua projeção no debate público midiático chamam a atenção para a projeção alcançada pela expressão “ideologia de gênero”, cuja circulação e visibilidade têm sido impulsionadas por circuitos de desinformação em redes sociais digitais e por falas de Jair Bolsonaro. Vale lembrar que, já em seu discurso de posse, Bolsonaro declarou que libertaria o país do “socialismo” e do “politicamente correto” e combateria a “ideologia de gênero”⁶.

2. CABRERA, Cristian G. Supremo impede intolerância nas escolas brasileiras. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/05/supremo-impede-intolerancia-nas-escolas-brasileiras.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2020.

3. COLETTA, Ricardo D. Após STF barrar lei municipal, Bolsonaro promete enviar projeto contra ‘ideologia de gênero’. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/apos-stf-barrar-lei-municipal-bolsonaro-promete-enviar-projeto-contra-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2020.

4. SALDAÑA, Paulo. Pauta ideológica de Bolsonaro, ‘ideologia de gênero’ sofre derrotas em série no STF. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/pauta-ideologica-de-bolsonaro-ideologia-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-no-stf.shtml?origin=folha>. Acesso em: 7 dez. 2020.

5. CABRERA, Cristian G. Supremo... Op. cit.

6. LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2020.

Assim, encampada em projetos de lei que tentam restringir a liberdade de expressão em diversos âmbitos da vida social, a expressão, embora não seja empregada exclusivamente em relação ao campo da educação, encontra terreno prioritário de mobilização em argumentos que buscam justificar tentativas de cercear práticas e debates conduzidos em sala de aula, convertendo-se em uma das mais evidentes problemáticas associadas ao estabelecimento de formas de censura em ambiente escolar na contemporaneidade.

Partindo de tal cenário, este artigo busca identificar e discutir articulações discursivas implicadas na circulação midiática da expressão “ideologia de gênero” em contexto brasileiro. Para tanto, examinamos a ocorrência da expressão em matérias jornalísticas da *Folha de S.Paulo*, que tem realizado ampla cobertura sobre as disputas em torno do termo nos campos político, jurídico e religioso. A opção por analisar textos jornalísticos possibilita o exame de um conjunto amplo de enunciados que, ao mesmo tempo que se encontram reunidos em único suporte, permitem a recuperação de posicionamentos assumidos por atores sociais diversos. Dessa forma, destaca-se o papel do jornalismo como instância mediadora de representações e (in)visibilidades no espaço público, em que pese também sua função curatorial de discursos em circulação.

2. PERCURSO ANALÍTICO

O percurso analítico proposto neste artigo parte do exame de um corpus constituído por 259 textos jornalísticos – notícias, reportagens e artigos de opinião –, veiculados entre 2017 e 2020, nos quais a expressão “ideologia de gênero” é empregada em referência ao contexto brasileiro e constitui o assunto principal da pauta ou se relaciona diretamente a ele. Para localizar as matérias, pesquisamos pela palavra-chave “ideologia de gênero” junto à ferramenta de buscas disponível no site da *Folha de S.Paulo*⁷.

A natureza do corpus analisado exige, por um lado, que se reconheça a vocação do jornalismo para atuar como “espelho deformante” do espaço público – usando a expressão de Patrick Charaudeau⁸; por outro lado, é preciso lembrar, como ensina Carlo Ginzburg⁹, que não se deve “jogar o bebê fora com a água suja”. Desse modo, textos jornalísticos, com a opacidade e poder de refração que lhes são inerentes, devem ser tomados não como retratos do espaço público, mas como elementos indiciários capazes de evidenciar a existência de discursos em circulação.

Evidentemente, dadas as limitações espaciais de um artigo, as matérias não serão analisadas individualmente; em lugar disso, destacaremos efeitos de sentido e articulações discursivas que se mostram recorrentes no conjunto analisado, evidenciando-os na materialidade linguístico-discursiva da cobertura jornalística a partir de uma seleção de enunciados exemplares. Para tanto, apresentamos exemplos extraídos principalmente – ainda que não de forma exclusiva – de textos jornalísticos publicados em 2020 acerca das decisões do

7. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 31 maio 2022.

8. CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

9. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STF que determinaram a inconstitucionalidade de iniciativas municipais, as quais coíbiam debates sobre identidade e diversidade de gênero em escolas. A escolha se justifica pela relevância e interesse de tais episódios para o trabalho.

Além disso, veremos que as marcas isotópicas destacadas dizem respeito, em sua maioria, a *faltas* ou *ausências* constitutivas das articulações semânticas presentes em discursos circulantes que mobilizam a expressão “ideologia de gênero”, considerados aqui a partir de sua emergência em enunciados jornalísticos. Tais faltas devem ser entendidas tanto no sentido de *silêncios*, com a carga semântica que lhes é própria, como ensina Eni P. Orlandi¹⁰, quanto em sua materialização em sentidos implícitos, isto é, em pressupostos e subentendidos, como conceitua Oswald Ducrot¹¹.

Não obstante as especificidades da disseminação da expressão em foco no contexto brasileiro, é preciso ressaltar que estamos diante de um fenômeno em escala mundial, relacionado às investidas de um movimento antigênero de contornos transnacionais. Nesse sentido, partimos, na próxima seção, da existência de uma ampla conjuntura de rearticulações discursivas, dentre as quais se destaca uma recente virada conservadora, de modo a contextualizar brevemente alguns aspectos da emergência e circulação da expressão “ideologia de gênero”. Em seguida, mapeamos recorrências e apagamentos semânticos verificados na sua mobilização em discursos circulantes representados em matérias jornalísticas de nosso corpus. Finalmente, a fim de discutir as estratégias engendradas em tomadas da categoria em questão, dialogamos com a perspectiva de Dominique Maingueneau acerca dos fenômenos de interincompreensão e produção de simulacros no discurso¹² e com a discussão proposta por Marie-Anne Paveau sobre processos de memória e des-memória discursivas¹³.

3. UMA CONJUNTURA DE COMPLEXAS REARTICULAÇÕES DISCURSIVAS

Quando os padrões de representação não são vividos por diversos grupos sociais como capazes de representá-lo, vemos emergirem reivindicações de definições alternativas que proponham novos conjuntos de representações. Isso pode levar à contestação da autoridade cultural das representações já apresentadas e ao surgimento de um foco diferente de identificação – ou seja, uma nova *política de identidade*. Como aponta Hall¹⁴, a emergência das chamadas políticas de identidade é um fator decisivo em um complexo contexto de reestruturação das relações de produção e dos modos de ação política característicos da modernidade. Para o autor, elas devem ser entendidas à luz da “centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social”¹⁵.

Esses dados participam do que Nancy Fraser considera um “novo imaginário político”, em que a luta por reconhecimento se torna a forma paradigmática de conflito político¹⁶. Uma importante força motriz dessas rearticulações se

10. ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

11. DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

12. MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2008.

13. PAVEAU, Marie-Anne. *Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado*. *EID&A*, Ilhéus, n. 5, p. 137-161, 2013.

14. HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 97, 1997.

15. *Ibidem*.

16. FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”*. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

encontra nos impactos do feminismo, considerado “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social”¹⁷. Como parte dos movimentos sociais que emergem nos anos 1960, as lutas feministas favoreceram deslocamentos no conhecimento e na ação política que adquiririam papel central na paisagem político-discursiva contemporânea, trazendo à tona questionamentos sobre a divisão entre público e privado e enfatizando a forma pela qual somos produzidos como sujeitos gentrificados com a politização da subjetividade.

Nesse sentido, *gênero* emerge como categoria não apenas organizadora, mas também geradora de discursos; categoria cristalizadora de posições enunciativas e, como tal, tópico estratégico à negociação de identidades discursivas e disputas em torno dessas identidades. Nesse cenário, não apenas *gênero* como também *sexualidade* se apresentam como categorias discursivas medidas e tradutoras de sentidos e posições enunciativas no debate público midiaticizado. Não à toa, políticas de identidade de gênero e sexualidade figuram entre os principais alvos da cruzada aberta pela recente virada conservadora global.

Discutido na teoria do *cultural backlash*, o fortalecimento de setores conservadores, verificado simultaneamente em diferentes países, diz respeito a uma reverberação de discursos que emergem, como propõem Norris e Inglehart, em resposta ao novo ordenamento social construído desde fins do século XX¹⁸. Esse novo arranjo social reflete demandas de pautas progressistas, que incluem a valorização da diversidade, lutas por ampliação dos direitos de grupos minoritários e a defesa das possibilidades de expressão dos sujeitos. Defendendo a volta de um desenho social anterior, a virada conservadora ganha força no início do século XXI, especialmente na década de 2010, vinculando-se a uma percepção, por parte dos grupos dominantes, de perda de hegemonia diante do avanço das lutas identitárias e dos movimentos em defesa dos direitos das minorias.

Uma manifestação desse tipo, que adquire grande projeção no debate público midiaticizado dos últimos anos, é justamente a que se dirige contra políticas de identidade de gênero e sexualidade, acusando-as de serem promotoras de uma suposta “ideologia de gênero”. No caso do Brasil, a expressão tem se tornado popular em discursos presentes em campos diversos, como o midiático, o religioso e o político, comparecendo inclusive em projetos de lei de caráter fortemente cerceador do exercício da liberdade de expressão em contexto escolar, como procuramos apontar no início deste trabalho. Além disso, é importante notar que a categoria possui uma circulação marcada por dinâmicas próprias da dimensão dos *discursos circulantes*, que, conforme definição de Patrick Charaudeau, constituem o caldo cultural do qual emergem as posições comumente identificadas como opinião pública, atrelando-se profundamente, nesse sentido, aos saberes constitutivos do senso comum¹⁹.

Impulsionado por grupos bolsonaristas, o combate a abordagens de gênero nas escolas ganhou força com o movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater uma suposta “doutrinação de esquerda” pelos professores. Não obstante, o termo “ideologia de gênero” teria aparecido pela primeira vez em 1998, em um documento da Conferência Episcopal do Peru. Em 2000,

17. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2019, p. 27.

18. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

19. CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso... Op. cit.*

a expressão ressurgiu em documento da Cúria Romana e, em 2003, em um texto da Igreja Católica intitulado *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*²⁰.

Ainda em relação ao contexto brasileiro, discursos antigênero parecem ganhar projeção pública a partir da cobertura midiática de ações articuladas entre os campos político e religioso. Em 2011, sob forte pressão de grupos religiosos, o governo de Dilma Rousseff vetou a distribuição de material escolar do projeto Escola Sem Homofobia diante das acusações de que esses materiais – apelidados de kit gay – estimulariam a homossexualidade nas crianças. A relação entre discursos antigênero e a profusão de desinformação ficou clara também quando, em 2012, o então deputado Jair Bolsonaro chamou de “seminário LGBT infantil” o Seminário LGBT no Congresso Nacional – *Respeito à diversidade se aprende na infância: sexualidade, papéis de gênero e educação na infância e na adolescência*, realizado no Congresso Nacional. Já em 2014, diante do cerco conservador, a meta que buscava superar desigualdades educacionais “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foi suprimida do Plano Nacional de Educação (PNE) e de planos estaduais e municipais²¹.

4. REITERAÇÕES E APAGAMENTOS SEMÂNTICOS NA CIRCULAÇÃO DA EXPRESSÃO

Ao examinar as ocorrências da expressão “ideologia de gênero” em sua circulação jornalística, um primeiro dado a ser destacado diz respeito ao fato de os discursos em circulação que a empregam se dirigirem contra a própria ideia de gênero, tomada como *manifestação* daquela ideologia. Um exemplo desse tipo de ocorrência aparece em um cartaz utilizado em protesto contra a “ideologia de gênero” em frente à Câmara Municipal de São Paulo na ocasião da votação do plano municipal de educação, em 2015, que integra a galeria de imagens de uma matéria da *Folha de S.Paulo*²². No cartaz, lê-se o seguinte texto: “Gênero: vai pra Cuba! Aqui não”. As palavras são grafadas em preto, com exceção de Cuba e de pequenos chifres demoníacos que adornam a palavra gênero.

Sabendo que palavras representam pontos de cristalização semântica de discursos – e, graças à competência discursiva, podem ser assim percebidas pelos sujeitos enunciadore²³ –, a cruzada contra o gênero parece encampar posicionamentos que confrontam não a existência de identidades e diferenças de gênero como tradicionalmente percebidas – isto é, enquanto associadas ao sexo biológico –, mas a percepção que emerge nas ciências humanas e sociais nos anos 1970, acerca da (re)produção sociocultural dos gêneros por meio de processos de subjetivação que não encontram justificação em caracteres biológicos.

Além disso, a exemplo do cartaz mencionado, chama a atenção o fato de os termos “gênero” e “ideologia de gênero” serem frequentemente acionados em discursos circulantes no Brasil como elemento identificado com a esquerda e o comunismo. Trata-se de um dado relevante, que transcende o caso brasileiro:

20. SALDAÑA, Paulo. Pauta...Op. cit.

21. Ibidem.

22. VARELLA, Drauzio. Ideologia de gênero. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauzio-varella/2019/09/ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2020.

23. MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese...* Op. cit.

como apontam Paternotte e Kuhar, “‘ideologia de gênero’ é, frequentemente, apresentada como nova ideologia de esquerda, criada nas cinzas do comunismo”, de modo que, em países europeus pós-socialistas, as teorias de gênero têm sido vistas, por seus detratores, como uma nova expressão do marxismo²⁴.

Outro traço isotópico marcante da forma como a expressão “ideologia de gênero” é mobilizada em discursos circulantes relatados nos textos jornalísticos diz respeito à ausência de identificação precisa quanto aos agentes ou instituições que seriam responsáveis por sua implantação. Assim, embora grande parte dos ataques se dirija, na prática, contra a escola e educadores, os enunciados em que a expressão é empregada quase nunca se preocupam em apontar atos específicos e concretos que evidenciariam a aludida implantação de uma “ideologia de gênero”. Assim, ao mobilizar a expressão sem a preocupação de contextualizá-la, discursos em circulação mobilizam um sentido pressuposto: o de que a “ideologia de gênero” seria um fato universalmente reconhecido que dispensaria maiores apresentações. É o que se observa, por exemplo, em mensagens lidas para Jair Bolsonaro por um grupo de crianças que acompanhava um padre apoiador do presidente em visita ao Palácio do Alvorada, em 12 de maio de 2020. Segundo reportagem da *Folha de S.Paulo*, uma das mensagens dizia: “nós crianças não queremos ideologia de gênero”²⁵.

Evidentemente, não existem grupos ou instituições que se identifiquem como defensores ou porta-vozes da “ideologia de gênero”, inclusive no campo da educação. Trata-se de um dado reconhecido com certa frequência na cobertura da *Folha*, aparecendo sempre como forma de estabelecer um contraponto ao teor de discursos alheios relatados nos enunciados jornalísticos. É o caso de uma reportagem publicada em 12 de maio de 2020, na qual se lê: “a expressão [ideologia de gênero] não é reconhecida no universo educacional. É usada por grupos conservadores e religiosos contrários ao debate sobre diversidade sexual e identidade de gênero”²⁶.

Ao mesmo tempo, a ausência de identificação dos agentes promotores de uma suposta “ideologia de gênero” em discursos relatados na cobertura jornalística implica uma estratégia discursiva específica. Ao não precisar de onde parte e onde se concretiza a suposta “ideologia de gênero”, um efeito de sentido dos discursos circulantes que a denunciam são a generalização e uma espécie de capilarização de sua presença. Em outros termos: se a “ideologia de gênero” está em toda parte, o combate ao “inimigo comum” requereria uma posição permanentemente vigilante dos defensores da moral e da família.

No caso dos projetos de lei derrubados pelo STF em 2020, sabemos que a expressão “ideologia de gênero” se refere a discussões conduzidas em contexto escolar. Não obstante, os textos das leis não deixam claro o que caracterizaria tais discussões ou que tipos de abordagens poderiam ser considerados manifestações de uma “ideologia de gênero”. A Lei nº 1.516, de 30 de junho de 2015, de Novo Gama, por exemplo, emprega quatro vezes a expressão e, em nenhuma delas, há um aposto explicativo ou qualquer outro recurso que descreva as expressões passíveis de serem classificadas como “ideologia de gênero”. A lei refere-se apenas

24. PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. *Psicologia Política*, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 510, 2018.

25. COLETTA, Ricardo D. Após... Op. cit.

26. Ibidem.

à proibição de “material com informação de ideologia de gênero nas escolas municipais de Novo Gama” e “materiais que fazem menção ou influenciam ao aluno [sic] sobre a ideologia de gênero”²⁷.

A partir do conhecimento sobre o contexto brasileiro e as diretrizes educacionais às quais ações como a lei se opõem, compreende-se que “ideologia de gênero” é usada como forma de denunciar qualquer abordagem sobre identidade de gênero, tolerância e diversidade do ponto de vista de gênero e sexualidade nas escolas. Isso deriva da maleabilidade semântica do termo, que abre a possibilidade de enquadramento de ampla gama de práticas e temáticas sob a rubrica em questão, contribuindo para o agravamento do risco de censura e autocensura representado por qualquer ação de combate à “ideologia de gênero” em ambiente escolar.

Nesse sentido, destaquemos uma declaração do presidente Jair Bolsonaro a apoiadores, em 12 de maio de 2020, conforme relatada por matéria da *Folha de S.Paulo*: “Sabemos que, por 11 a 0, o STF derrubou uma lei municipal que proibia ideologia de gênero. Já pedi ontem para o [major] Jorge [Oliveira], nosso ministro [da Secretaria-Geral da Presidência da República], para que providenciasse uma lei, um projeto federal. E devemos apresentar hoje esse projeto com urgência constitucional”²⁸. A fala merece ênfase por não apresentar, em qualquer momento, a preocupação em facilitar o entendimento, para os interlocutores, do que seria “ideologia de gênero”. Desse modo, trata-se de um enunciado que se articula a partir do pressuposto do amplo (re)conhecimento da expressão “ideologia de gênero” e do seu significado pelos participantes da situação de comunicação em questão. Com efeito, a declaração mobiliza, como subentendido, o sentido de que a expressão seria amplamente (re)conhecida e possuiria um significado evidente. Por conseguinte, o efeito de sentido gerado vincula-se ao apagamento do próprio caráter disputado e não consensual da expressão. A extensão de tal estratégia discursiva fica evidente quando consideramos que ela aparece não apenas em falas de autoridades políticas, mas também em textos dos instrumentos legais considerados inconstitucionais pelo STF em 2020, como procuramos evidenciar.

Em suma, em sentido amplo e nos diversos contextos em que é acionada, a expressão “ideologia de gênero” parece ensejar o combate a qualquer tentativa de dar visibilidade a expressões de subjetividades sexualmente desviantes em relação a um padrão heterocentrado. Assim, ao denunciar o caráter ideológico da “ideologia de gênero”, o termo reivindica uma naturalidade e uma neutralidade (ficcional) para o lugar a partir do qual é enunciado, a saber, o lugar de um entendimento binário sobre o gênero e o sexo enquanto forma de normatização das sexualidades possíveis. Esse entendimento se materializa nas *tecnologias de gênero*, que tornam possíveis tais normatividades, conforme conceitua Teresa de Lauretis²⁹.

Ao mesmo tempo, convém ainda observar que o posicionamento enunciativo assumido pelo veículo jornalístico examinado parece se construir a partir de uma desconfiança em relação aos discursos circulantes que denunciam a “ideologia de gênero”, como fica evidente pelo uso recorrente de aspas para

27. NOVO GAMA. *Lei nº 1.516, de 30 de junho de 2015*. Proíbe material com informação de ideologia de gênero nas escolas municipais de Novo Gama (GO) e dá outras providências. Novo Gama: Prefeitura Municipal [2015]. Disponível em: <https://acessoainformacao.novogama.go.gov.br/legislacao/lei/id=49>. Acesso em: 7 dez. 2020.

28. COLETTA, Ricardo D. Após... Op. cit.

29. LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

introduzir a expressão. É o que se nota, por exemplo, no título da reportagem “Após barrar lei municipal, Bolsonaro promete enviar projeto contra ‘ideologia de gênero’”³⁰. Vale lembrar, como aponta Sheila Grillo³¹, que a incorporação do discurso alheio relatado na forma de discurso direto remete ao empenho em demarcar um distanciamento entre discurso relatado e contexto transmissor.

5. REVISÃO DE LINHAGENS DISCURSIVAS, DESANCORAGEM E (DES-)MEMÓRIA

Se, por um lado, as reiteraões e apagamentos semânticos observados dizem respeito a sentidos inscritos na superfície dos enunciados, o exame da circulação midiática da expressão “ideologia de gênero” coloca a necessidade de se analisar também a inscrição de sentidos no *filio memorial do discurso*, como propõe Paveau³² a partir de uma discussão sobre a memória discursiva. Nesse sentido, como vimos nos exemplos extraídos de matérias jornalísticas, a mobilização da expressão em discursos circulantes remonta a (e, ao mesmo tempo, pretende deslocar) *linhagens discursivas*³³ que realizam a transmissão do conceito de gênero desde as teorias de gênero e/ou os estudos de gênero.

Ao mesmo tempo, se os discursos que denunciam a “ideologia de gênero” se valem do acionamento dessa memória discursiva para “fazer sentido” e se legitimarem – já que se colocam como discursos aptos a debater, em pé de igualdade, formulações teórico-científicas complexas, inclusive incorporando a palavra “gênero”, recorrente nessas formulações –, o que se nota, por parte do campo científico, é a ausência de reconhecimento da existência de uma “ideologia de gênero” enquanto fenômeno sociocultural e político e da própria coerência conceitual do termo.

Esse dado é constantemente reiterado na circulação midiática da expressão, como evidenciam as matérias jornalísticas do corpus examinado neste trabalho. Drauzio Varella, por exemplo, em coluna de 15 de setembro de 2019 para a *Folha de S.Paulo*, escreve: “Como nunca vi esse termo mencionado em artigos científicos nem nos livros de psicologia ou de qualquer ramo da biologia, fico confuso”. Mais adiante, então, afirma que o que os defensores da expressão esperam é a “repressão do comportamento homossexual que, sei lá por que tormentos psicológicos, lhes causa tamanho horror”³⁴.

Para Judith Butler, em texto produzido após os ataques sofridos durante visita ao Brasil, em 2017, a ideia de que existiria uma “ideologia de gênero” nasce da transformação de uma teoria de gênero em uma “ideologia diabólica”, um “espectro simbólico de caos e predação sexual”, cuja genealogia remete a discursos religiosos:

Em 2010, o argentino Jorge Scala lançou um livro intitulado *La ideologia de género*, que foi traduzido ao português por uma editora católica [Katechesis]. Esse pode ter sido um ponto de virada para as recepções de “gênero” no Brasil e na América Latina.

30. COLETTA, Ricardo D. Após... Op. cit.

31. GRILLO, Sheila V. C. Discurso alheio: polifonia e apreensão. In: SILVA, Luiz Antônio da (org.). *A língua que falamos*. Português: história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005. p. 73-104.

32. PAVEAU, Marie-Anne. *Memória...* Op. cit.

33. *Ibidem*.

34. VARELLA, Drauzio. *Ideologia...* Op. cit.

De acordo com a caricatura feita por Scala, aqueles que trabalham com gênero negam as diferenças naturais entre os sexos e pensam que a sexualidade deve ser livre de qualquer restrição. Aqueles que se desviam da norma do casamento heterossexual são considerados indivíduos que rejeitam todas as normas³⁵.

Apontar a relação estabelecida pelo campo científico com o termo “ideologia de gênero” é relevante porque, como afirma Butler, o que a expressão faz é produzir uma caricatura de conceitos, teorias e debates acadêmicos, especialmente aqueles dos estudos de gênero enquanto campo disciplinar – mas não apenas: todos os usos de “gênero” como categoria analítica são postos sob suspeita. Em outras palavras, a mobilização da expressão remete a linhagens discursivas provenientes do campo científico e, nesse movimento, interpela-os e convoca-os a se justificarem para um público de “não peritos”: caso, por exemplo, dos comentários de pesquisadores e especialistas relatados em matérias jornalísticas ou publicados como artigos e ensaios em veículos de imprensa, conforme evidenciam os exemplos citados neste artigo.

Para compreender melhor os termos em que se estabelece essa relação, é pertinente invocar a discussão proposta pelo linguista francês Dominique Maingueneau a respeito dos diferentes níveis de materialização da interdiscursividade³⁶. Nessa obra, o autor debruça-se sobre o espaço discursivo polêmico entre duas formações discursivas que, inscritas no interior de um mesmo campo discursivo, delimitam-se reciprocamente. Convém lembrar, a esse respeito, que, com base na dinâmica de interação no espaço discursivo, observada a partir de dois discursos no campo religioso – o do jansenismo e do humanismo devoto –, o autor formula sua hipótese sobre o primado do discurso e sobre a gênese dos discursos a partir desse tipo de relação polêmica, marcada por uma interincompreensão regulada.

Como se vê, entre a hipótese de Maingueneau e o caso da expressão “ideologia de gênero”, há uma diferença fundamental, a qual diz respeito às condições de produção dos discursos nos dois casos: enquanto o autor examina dinâmicas inscritas no interior de um mesmo campo discursivo (o campo religioso), referimo-nos, neste artigo, a dinâmicas estabelecidas entre campos distintos. Isso decorre do fato de os discursos que denunciam a “ideologia de gênero” remeterem a posições enunciativas do campo jurídico (no caso das iniciativas municipais derrubadas pelo STF em 2020), do campo político (caso das recorrentes manifestações de Bolsonaro, por exemplo) e do campo religioso. É em um entroncamento desses três campos que os protestos contra a existência de uma suposta “ideologia de gênero” parecem se articular. Por outro lado, as linhagens discursivas às quais tais enunciados se referem – e com as quais polemizam – dizem respeito a discursos oriundos do campo acadêmico/científico. Tendo em vista, então, essa diferença, por que se deve retomar aqui a discussão proposta por Maingueneau?

A resposta a essa questão passa pelo reconhecimento de que um dos principais efeitos discursivos gerados por discursos que denunciam a “ideologia de gênero” está ligado justamente a uma aparência de simetria em relação a

35. BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml#erramos>. Acesso em: 7 dez. 2020.

36. MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese...* Op. cit.

discursos do campo científico. Segundo a hipótese que defendemos neste artigo, tal aparência decorre de um efeito de sentido específico, a saber, de que a expressão “ideologia de gênero” estaria inscrita em uma relação polêmica da mesma ordem daquela observada pelo autor a propósito do espaço discursivo. Portanto, defendemos que seria equivocado considerar que a expressão “ideologia de gênero” constitua uma forma de *tradução* ou *simulacro* – nos termos propostos por Maingueneau para a interincompreensão no interior de um mesmo campo discursivo – das teorias de gênero. Isso porque, evidentemente, os discursos que denunciam uma suposta “ideologia de gênero” não apenas não nascem de posições enunciativas do campo científico, como não são reconhecidos como válidos pelas posições desse campo.

É inegável que o tipo de caricatura produzida pelos discursos que denunciam a “ideologia de gênero” faz lembrar os processos de interincompreensão discursiva, que Maingueneau descreve como decorrentes da impossibilidade de um discurso enunciar sobre seu Outro se não nos termos de um registro negativo de seu modelo semântico. Ocorre, porém, que a “ideologia de gênero” não é o Outro das teorias de gênero, porque entre um e outro as condições de produção discursiva são radicalmente distintas. No entanto, de alguma forma, a mobilização da expressão em discursos circulantes *quer fazer parecer* que ela é o Outro das teorias de gênero. Por isso, mais do que um verdadeiro simulacro, nos termos descritos por Maingueneau, a circulação da categoria “ideologia de gênero” constitui uma espécie de “simulacro do simulacro” – ou um *efeito discursivo* de simulacro.

Essa leitura é fundamental para que se compreenda o tipo de revisão de linhagens discursivas implicada na expressão “ideologia de gênero”, revisão que se articula como forma de produção de *des-memória* discursiva, “um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções dos nomes no fio memorial do discurso”³⁷, como a conceitua Paveau. São diversos os tipos de processos a serviço da des-memória que atuam sobre elementos ligados aos sentidos e aos referentes das palavras. No caso da expressão “ideologia de gênero”, produz-se a desancoragem de um conceito cuja memória remete a uma linhagem discursiva de caráter científico: ao ser posicionado ao lado da palavra ideologia, o conceito de gênero é deslocado de seu contexto referencial de origem, lançado ao terreno da ideologia como tomada em sentido corrente no senso comum, isto é, como ilusão ou mascaramento da realidade. O resultado, portanto, são transferências semânticas e culturais por meio de processos discursivos.

Transferências semânticas concretizam-se quando, ao acionar uma palavra que remete a um conceito específico e complexo das ciências humanas e sociais (“gênero”), os discursos que denunciam a “ideologia de gênero” reivindicam para si legitimidade equivalente àquela de que gozam os discursos teórico-científicos e/ou um estatuto de verdade supraideológica, como se buscassem sua própria ancoragem para além do contexto religioso e político em que emergem. Em suma, ao mesmo tempo que categorizam o discurso científico que pretendem refutar, para fora dos limites da verdade, os discursos circulantes que

37. PAVEAU, Marie-Anne. *Memória... Op. cit.*, p. 156.

denunciam a “ideologia de gênero” reivindicam para si uma posição superior àquela ocupada pelas teorias de gênero, pois seriam capazes de enxergar nelas distorções ideológicas das quais estariam supostamente livres.

No caso do corpus examinado nesta pesquisa, um dado indiciário desse processo de desancoragem se materializa na própria presença, em textos jornalísticos, de enunciados produzidos desde posições enunciativas do campo científico que procuram recolocar o conceito de gênero em seu contexto referencial de origem. O artigo de Judith Butler, citado anteriormente neste trabalho, é o exemplo mais evidente que encontramos dessa tentativa. Ao mesmo tempo, esse texto, dentre outros exemplos analisados, lança luz sobre um dado interessante da cobertura jornalística analisada, a saber, o fato de que as matérias jornalísticas, ao tentarem contextualizar a expressão “ideologia de gênero” e as posições envolvidas em seu debate, fazem referência constante a elementos da ordem da memória discursiva.

Por fim, não obstante o posicionamento muitas vezes crítico das matérias jornalísticas analisadas, devemos notar que, na circulação midiática da expressão “ideologia de gênero”, os movimentos de produção de des-memória discursiva em torno do conceito de gênero parecem ganhar fôlego e se materializar. Isso porque a circulação da expressão permite que sejam fixadas as transferências semânticas, as quais, como vimos, a articulação dos termos “ideologia” e “gênero” busca reivindicar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a circulação da expressão “ideologia de gênero” se dá em um quadro de estratégias discursivas que buscam emular uma simetria em relação a discursos do campo científico em que o conceito de gênero é mobilizado. Em outras palavras, esses discursos se apresentam como uma alternativa ao que apontam como “ideologia de gênero” (as próprias teorias de gênero), ou seja, seu avesso ou Outro discursivo. Essa falsa simetria tanto legitima os discursos que denunciam a “ideologia de gênero” quanto produz uma revisão das linhagens discursivas teórico-científicas em que se formula o conceito de gênero.

De fato, é a partir dessa falsa simetria que os discursos que denunciam a “ideologia de gênero” procuram se credibilizar, já que, ao apontar a ideologia materializada alhures, colocam-se como lugar não ideológico, isto é, lugar uma de suposta neutralidade e, por conseguinte, de materialização da verdade. Ao mesmo tempo, essa articulação discursiva é reforçada por diferentes efeitos de sentido – sobretudo aqueles de “onipresentificação” da “ideologia de gênero” e de apagamento do caráter disputado da expressão –, os quais caracterizam a sua circulação midiática.

Por tudo isso, entendemos que o acionamento da expressão “ideologia de gênero” empreende um movimento de produção de *des-memória* discursiva por meio da desancoragem do conceito de gênero de uma linhagem discursiva que remete às teorias de gênero, especialmente no âmbito dos estudos de gênero;

o conceito é, dessa forma, deslocado de seu contexto referencial de origem, isto é, do discurso científico. Nesse sentido, é fundamental considerar os efeitos gerados pela justaposição dos termos *ideologia* e *gênero*, que deslocam o estatuto científico das teorias de gênero por meio de sua inserção do campo ideológico, entendido conforme a acepção, corrente no senso comum, que vincula tudo aquilo que é ideológico à ideia de ilusão.

Dessa forma, os discursos que empregam a expressão “ideologia de gênero” procuram se legitimar pela denúncia de uma ideologia que se manifesta alhures, afirmando-se como supostamente “supraideológicos”. Evidentemente, é preciso considerar que esse tipo de artimanha argumentativa se beneficia do atual ambiente de desinformação generalizada que ganha força na esteira do que se tem identificado como *pós-verdade*, isto é, o conjunto de circunstâncias em que crenças e convicções pessoais assumem peso mais decisivo na formação de opiniões do que evidências e fatos cientificamente respaldados³⁸.

Finalmente, convém observar que estratégias discursivas como as que buscamos evidenciar a partir da circulação da expressão “ideologia de gênero” parecem desempenhar papel decisivo no engendramento de argumentos que visam à legitimação de ações de caráter censório, as quais se impõem, em especial, sobre práticas e debates educacionais. Em outras palavras, efeitos discursivos como indeterminação e generalização, apagamento do caráter disputado da expressão “ideologia de gênero” e naturalização da concepção binária de gênero têm sido impulsionados no contexto de crises democráticas e virada conservadora nas primeiras décadas do século XXI, voltando-se especialmente contra vozes de minorias e esforços no sentido de promoção da inclusão e diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml#erramos>. Acesso em: 7 dez. 2020.

CABRERA, Cristian G. Supremo impede intolerância nas escolas brasileiras. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/05/supremo-impede-intolerancia-nas-escolas-brasileiras.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COLETTA, Ricardo D. Após STF barrar lei municipal, Bolsonaro promete enviar projeto contra ‘ideologia de gênero’. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/apos-stf-barrar-lei-municipal-bolsonaro-promete-enviar-projeto-contrai-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2020.

38. POST-TRUTH. In: OXFORD Learner’s Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2022. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth>. Acesso em: 31 maio 2022.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Instituição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRILLO, Sheila V. C. Discurso alheio: polifonia e apreensão. *In*: SILVA, Luiz Antônio da (org.). **A língua que falamos**. Português: história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005. p. 73-104.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2019.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.

LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2008.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NOVO GAMA. **Lei nº 1.516, de 30 de junho de 2015**. Proíbe material com informação de ideologia de gênero nas escolas municipais de Novo Gama (GO) e dá outras providências. Novo Gama: Prefeitura Municipal [2015]. Disponível em: <https://acessoainformacao.novogama.go.gov.br/legislacao/lei/id=49>. Acesso em: 7 dez. 2020.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

PAVEAU, Marie-Anne. Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. **EI&DA**, Ilhéus, n. 5, p. 137-161, 2013.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 503-523, 2018.

POST-TRUTH. *In*: OXFORD Learner’s Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2022. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth>. Acesso em: 31 maio 2022.

SALDAÑA, Paulo. Pauta ideológica de Bolsonaro, 'ideologia de gênero' sofre derrotas em série no STF. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/pauta-ideologica-de-bolsonaro-ideologia-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-no-stf.shtml?origin=folha>. Acesso em: 7 dez. 2020.

VARELLA, Drauzio. Ideologia de gênero. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2019/09/ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2020.